

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**REQUERIMENTO Nº , DE 2025**

(Do Sr. Vitor Lippi)

Solicita realização de audiência pública para discussão do tema: “Diretrizes Orientadas para a Integração Qualificada da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) à Educação Brasileira”.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Diretrizes Orientadas para a Integração Qualificada da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) à Educação Brasileira”.

Para o debate, indicamos os especialistas listados abaixo:

- Dr. Diego Menezes, presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI);
- Professor César Callegari, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- Representante do Ministério da Educação (MEC)
- Paulo Fossatti, membro da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) e presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I);
- Ricardo Magno Osório Galvão, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Rogean Vinícius Santos Soares, presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG).



JUSTIFICAÇÃO

A consulta pública lançada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Orientadas para a Integração Qualificada da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) à Educação Brasileira, em seus distintos níveis e modalidades, representa uma inflexão estratégica no campo das políticas educacionais nacionais. Ao reconhecer a CT&I como um direito formativo fundamental e como eixo transversal da educação contemporânea, estas Diretrizes reafirmam o compromisso do Conselho Nacional de Educação (CNE) com uma formação integral, crítica e socialmente referenciada.

A proposta em questão representa uma oportunidade histórica de alinhar o sistema educacional brasileiro às demandas do século XXI, promovendo uma formação mais crítica, criativa e conectada às transformações tecnológicas e sociais em curso. A audiência pública permitirá:

A realização da escuta ativa de educadores, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e representantes de instituições científicas é fundamental para que a política proposta reflita as reais necessidades e potencialidades dos diversos territórios brasileiros.

Ao investir na melhoria das bases educacionais e estimular a pesquisa desde cedo nas escolas, o Brasil tem a chance de preparar melhor seus jovens para os desafios do futuro. Quando a escola se torna um espaço de investigação e inovação, abre-se caminho para descobrir talentos, desenvolver soluções para problemas reais e fortalecer a cidadania. Ademais, ouvir que está no dia a dia da formação pedagógica e entender as necessidades, será uma grande oportunidade de atuar para mitigar os entraves.

Superar a lacuna de mão de obra especializada, sempre tão destacada em dados de mercado, exige, portanto, uma estratégia integrada: modernizar os currículos escolares e universitários, aproximar a formação das reais necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, valorizar carreiras estratégicas para o desenvolvimento do país. É fundamental que governo, setor produtivo e instituições de ensino atuem em parceria para oferecer uma educação mais dinâmica, conectada às transformações tecnológicas e capaz de despertar o interesse dos jovens, conciliando seus desejos de flexibilidade com as demandas de um mercado cada vez mais inovador e competitivo.



A integração de CT&I na educação exige uma abordagem transversal e sistêmica, que envolva desde a formação inicial até a pós-graduação, promovendo sinergias entre escolas, universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

A audiência pública permitirá discutir mecanismos para que a inovação educacional não aprofunde desigualdades, mas sim contribua para a inclusão digital, o acesso ao conhecimento e a valorização da diversidade regional e cultural.

A incorporação de CT&I na educação é estratégica para preparar os estudantes para os desafios da economia digital, da sustentabilidade e da cidadania global, fortalecendo a capacidade de inovação do país.

Ao trazer o debate para o Parlamento, reforça-se o compromisso com a escuta plural e com a construção coletiva de políticas públicas, valorizando o papel do Legislativo como espaço de mediação e representação.

Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de setembro de 2025.

Deputado VITOR LIPPI
PSDB/SP

